

A mudança estrutural em Guiné-Bissau

Structural change in Guinea-Bissau

Júlio vicente Cateia

julio cateia@yahoo.com.br

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Igor Castellano da Silva Email

castellano@gmail.com

Universidade Federal de Santa Maria (UFM)

Júlio Eduardo Rohenkohl

julioroh@gmail.com

Universidade Federal de Santa Maria (UFM)

Resumo: Guiné-Bissau ficou independente em 1973 e adotou o modelo econômico de planificação centralizado, baseado no ideal socialista. Porém, em meados da década de oitenta marcou a transição para o capitalismo de mercado. O objetivo deste estudo é discutir a mudança estrutural do socialismo para o capitalismo ocorrida no país tendo como referencial teórico os fundamentos do estruturalismo econômico e a corrente institucionalista vebleniana. A partir da discussão, sustenta-se que no período socialista a tarefa de coordenar centralizadamente diferentes políticas visando o objetivo comum era difícil. Já para o período capitalista, conclui-se que as políticas criadas têm pouca sintonia com as instituições informais enraizadas no sistema econômico guineense e pouco contribuem para o desenvolvimento nacional. De modo geral, desde a independência nacional houve pequenas e pontuais alterações estruturais no sistema econômico que mantém características de baixa complexidade produtiva e de subdesenvolvimento.

Palavras-Chave: Mudança Estrutural; Instituições; Capitalismo; Socialismo

Abstract: Guinea-Bissau became independent in 1973 and adopted the economic model of centralized planning based on the socialist ideal. However, the mid-eighties decade marked the transition to market capitalism. This study aims to discuss the structural change from socialism to capitalism occurred in this country. To guide the discussion, they were reviewed the Veblenian institutionalist approach and foundations of economic structuralism. From this discussion, it is argued that centrally coordination of different policies was an extremely difficult task. As for the capitalist period, it is concluded that the established policies have little tune with informal institutions rooted in Guinean economic system, and contribute little to national development.

Key-words: Structural Change; Institutions; Capitalism; Socialism; Guinea-Bissau



1. INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau é um país de uma sociedade composta por várias etnias espalhadas por seu território. A sua povoação sempre esteve ligada ao declínio de outros impérios e o primeiro registro da chegada dos portugueses à região costeira do continente data o ano de 1446. Situada na costa da África Ocidental e banhada pelo Oceano Atlântico, ao Norte faz a fronteira com o Senegal, ao Sudoeste e Leste pela República da Guiné e a Sul e Oeste pelo Oceano Atlântico. É formada por oito regiões e integra cerca de oitenta ilhas que constituem o Arquipélago dos Bijagós separado do continente pelos canais do rio Geba, rio de Bolama e de Canhabaque. A sua superfície total é de 36.125 km² com uma altitude que atinge a máxima de 300 metros acima do nível do mar. O país está dividido entre savanas e planícies, algumas pantanosas, e predomina o clima tropical.

A Guiné-Bissau foi colônia portuguesa por mais de cinco séculos. O país era fundamental no processo de escravidão, por conta de sua localização geográfica privilegiada no litoral do continente, próximo de rios e mares, o que facilitava o comércio dos escravos e também de mercadorias.

Cada uma das diversas etnias adquire nome e coerência pela unidade linguística. Entre elas, as mais numerosas são em ordem alfabética: balanta, fula, mandinga, manjaca e papel. A etnia balanta é a mais numerosa, atingindo 30% do total da população, cerca de 1,6 milhão de habitantes, seguida de fula com 20%, manjaca, mandiga e papel com 14%, 13% e 7%, respectivamente. Essas etnias estão espalhadas por diversas partes do país e cada uma delas possui a sua cultura própria. A Guiné-Bissau possui culturas imateriais muito ricas.

A primeira metade do século XX marcou um momento de extrema importância para o início do processo de luta pela independência, pois a Europa estava mergulhada nas grandes Guerras Mundiais e perdia o controle de suas colônias, representando, com isso, uma oportunidade para os países africanos pensarem nas independências.

Sob essa perspectiva, muitos países africanos começaram a negociar a independência, processo de conquista que ocorreu de diferentes maneiras. Em algumas partes do continente o processo foi pacífico — sem muitas tensões entre a metrópole e a colônia —, enquanto que em muitas outras partes houve constantes tensões que se transformavam em lutas armadas. Particularmente, na Guiné-Bissau não se podia falar da independência porque era considerada parte do território ultramarino português, que resistiu a assinar a independência (CANALE e BUAHEN, 2010). Em consequência disso, em 1956, Amílcar Lopes Cabral, junto com cinco compatriotas,

funda em Guiné-Bissau o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC)¹, iniciando o movimento de libertação nacional².

A Guiné-Bissau foi o primeiro país independente entre os países da colônia portuguesa na África e o último país independente entre os países da África Ocidental, com exceção de Cabo-Verde, que conquistou a sua independência em 1975. Segundo Cá (2008), após a conquista da independência, em 1973, desencadeou-se um processo de transformações socioeconômicas profundas visando não somente eliminar os traços do colonialismo, mas, sobretudo, promover o crescimento econômico, o progresso social e o desenvolvimento das forças produtivas. Para tanto, passou-se a seguir o modelo socialista, caracterizando assim um período de forte intervenção do Estado em praticamente todos os setores da economia, destacadamente na organização da atividade produtiva e na criação de instituições para viabilizar o funcionamento da economia fortemente planificada.

Entretanto, as medidas tomadas para alavancar o desenvolvimento das forças produtivas não surtiram efeitos suficientes e o país entrou em profunda crise econômico-financeira. Em decorrência dessa crise, que refletia nos objetivos de superação do subdesenvolvimento, e conjugada à generalização das ideias liberais em meados da década, foi lançado em 1986 um programa de ajuste estrutural que abrangia as reformas em diversas áreas, objetivando a integração internacional da economia guineense, o que sinalizava também a mudança do comportamento do governo em relação à prática do livre comércio.

Estes eventos levam a alguns questionamentos: Como ocorreram as mudanças estruturais em Guiné-Bissau? Quais foram os efeitos para o desenvolvimento interno das novas instituições criadas para viabilizar o funcionamento dos modelos adotados pelo país?

Procura-se responder a estas questões a partir da descrição histórica interpretada por uma ótica estruturalista, complementada por contribuições do institucionalismo vebleniano. Acredita-se que é importante entender como funcionavam as instituições criadas como fruto de um processo de

¹ O PAIGC foi criado clandestinamente na Guiné-Bissau no dia 19 de setembro de 1956, por Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral, Júlio de Almeida, Fernando Fortes e Elisée Turpin e acabou legalizado quatro anos depois, quando foi sediado em Guiné-Conacri. Seu objetivo era lutar e conquistar a independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde.

² De 1956 a 1959 o PAIGC formulou estratégias para lutar contra o colonialismo português. Esta fase serviu de ponto de partida para sucessivos movimentos que eliminariam duas décadas depois o colonialismo. A atividade de Cabral havia sido concentrada nas cidades. Em 1959, com o massacre de Pindjiguit (onde começaram as revoltas dos estivadores em função do trabalho brutal que os mesmos desempenhavam), em função de greve dos estivadores do mesmo porto organizados por ele próprio, espalharam-se jovens por diferentes partes da região, ensinando à população que não poderia ser livre e alcançar seu objetivo de independência, sem lutar contra o colonialismo português. Em 1963, o partido já havia conseguido mobilizar uma quantidade significativa da população e, em janeiro do mesmo ano, começa a luta pela independência. Segundo Canale e Buahen (2010), o número dos militantes que aderiram ao movimento de libertação nacional aumentou de 1.000, em 1961, para mais de 30.000, em 1967, fator este que foi extremamente positivo para o PAIGC alcançar o controle de mais de dois terços do território em 1967, não obstante as ofensivas portuguesas possibilitadas pelo apoio da OTAN.

independência antecedida de colonização longa, de modo a avaliar o processo de desenvolvimento do país e traçar as perspectivas em direção ao desenvolvimento. Portanto, o artigo tem por objetivo discutir a mudança estrutural do socialismo para o capitalismo na Guiné-Bissau no período de 1973 ao século XXI.

Para contemplar o objetivo, além desta introdução, o trabalho está estruturado da seguinte forma: na segunda seção será feita a revisão conceitual da abordagem estruturalista, bem como da visão vebleniana. A terceira seção debate a propriedade da terra, muito importante para o principal setor produtivo de Guiné-Bissau, o agrícola. A quarta parte aborda o período da vigência do socialismo. A quinta seção analisa o período pós-socialismo, dando destaque a algumas instituições criadas e o contexto político de então. A sexta apresenta as considerações finais.

2. CONCEITOS TEÓRICOS

Esta seção apresenta aspectos teóricos do pensamento estruturalista, introduzindo brevemente uma de suas matrizes, a concepção de sistema de Economia Política de Friedrich List, para após centrar atenção em proposições da teoria do desenvolvimento de Celso Furtado. Exploram-se, também, argumentos de Thorstein Veblen com o intuito de obter uma compreensão maior sobre o processo de mudança institucional transcorrido no país africano em questão. A visão de Furtado (1983) sobre instituições e cultura limita-se a uma dimensão reguladora e funcionalista, e pode ser enriquecida pela complementação da perspectiva cultural-cognitiva de instituições e de um processo evolucionário que altera a significação das instituições, ambos aspectos subjacentes ao intitucionalismo vebleniano.

2.1 Estrutura e mudança dos sistemas econômicos

Há uma considerável tradição estruturalista entre os economistas latino-americanos, notadamente em torno da Comissão de Estudos para a América Latina (CEPAL). Suas principais ideias dão conta de que os sistemas econômicos (SE) constituem um todo orgânico de fenômenos cuja compreensão efetua-se pelo conjunto de suas partes em interação. A estrutura é a ordem de inter-relações entre as partes.

O SE possui uma configuração forjada em um território, segundo uma história de ocupação, de produção e de distribuição de renda (PINTO, 2011; FURTADO, 2005). Ao longo do tempo, vão se constituindo competências ou fragilidades, amalgamadas em tradições e leis, que constituem a estrutura, ou seja, possuem certa estabilidade por força das ligações entre as partes – proprietários

dos fatores de produção, os fatores de produção (capital, trabalho e recursos naturais), as firmas, os governos, os consumidores, entre outras. As ligações entre estes elementos do sistema consubstanciam-se nas leis, na capacitação mental dos proprietários dos fatores, na aptidão tecnológica e de aprendizagem das firmas, nas compras e vendas mediadas pela moeda, ou seja, em relações orgânicas entre as partes.

Esta abordagem estruturalista diverge do alto nível de abstração da tradição clássica e neoclássica e de seu afã por buscar leis econômicas universais. Nestes aspectos, tem raízes nas ideias de Georg Friedrich List, o qual coloca a nação no centro do estudo econômico (BUARQUE, 1983). List (1983) argumentou que o plano nacional é essencial para a compreensão da economia política, e que o mesmo foi ignorado pelos clássicos. É pela incorporação da nação, de seus interesses idiossincráticos decorrentes de diferentes níveis de desenvolvimento entre os países e regiões, que List (1983) concebe conflitos de interesses nas relações internacionais. Tais desigualdades podem impelir desejos nacionais de autonomia e equiparação de desenvolvimento entre as nações que exigem o estabelecimento de objetivos perseguidos com políticas deliberadas coordenadas pelo governo nacional e apoiadas pela população, sobrepujando interesses individuais imediatistas. Tal visão não condena a nação às mazelas estruturais do SE, apenas utiliza a história para compreendê-las e fundamentar estratégias de desenvolvimento que levem em conta os óbices já consolidados.

Na perspectiva de List (1983), a nação deve ser perene, sobreviver à transitoriedade dos indivíduos. Os itens de produção e de distribuição não devem apenas atender às condições imediatas de mercado, devem contemplar as estratégias que gerarão condições melhores de vida para as gerações futuras de um território nacional. Isto implica desenvolver produções que incitem o desenvolvimento de capacidades coletivas consubstanciadas nas forças produtivas.

As forças produtivas para o desenvolvimento nacional abarcam o conjunto legislativo, o poder político nacional, a segurança, a ordem pública, as diretrizes morais, o incremento do capital mental, a harmonia entre os setores de agricultura e indústria e comércio, o desenvolvimento industrial diversificado. O desenvolvimento industrial é fundamental porque concorre para o desenvolvimento do capital mental sedimentado na nação. Países que optam pela especialização agrícola abririam mão de desenvolver este potencial mental aplicado.

A abordagem de List (1983) traz subjacente a mensagem de que as rotas de aprimoramento das forças produtivas não são universais, mas têm de ser adaptadas às circunstâncias peculiares de uma nação, de um território e de uma época. O desenvolvimento de capital mental (aprendizagem produtiva) e o acúmulo do capital material são tarefas mutuamente dependentes.

A aprendizagem implica comunicação e interação entre indivíduos. Conceber a aprendizagem como um elemento importante nos processos econômicos significa incorporar ao campo econômico os elementos sociais e culturais que medeiam as interações de aprendizagem entre os indivíduos.

Na perspectiva de Furtado (1983, p.115), o processo de desenvolvimento implica a existência de um grupo social minoritário capaz de apropriar-se da extração do excedente gerado na economia da sociedade. A instituição de um grupo minoritário facilita a acumulação de capital para posterior reinvestimento em maior capacidade produtiva. O desenvolvimento se apresenta como um processo de modificação das estruturas e como uma expansão do fluxo de renda real por unidade do fator trabalho (FURTADO, 1983, p. 135). No desenvolvimento, predomina a produção capitalista organizada para obter lucro por meio de investimentos para o aumento de produtividade dos fatores.

O caráter regulatório³ e funcionalista das instituições em Furtado (1983) é claro na sua descrição do desenvolvimento europeu. Segundo Furtado (1983, p.123-127), a formação das economias industriais europeias decorreu de estabilização da fronteira econômica e da consequente intensificação da concorrência comercial interna aos países; isto, por sua vez, desencadeou uma aglutinação político-institucional regulatória que organizou o artesanato (e depois as fábricas) e o comércio regional de maneira concorrencial, garantindo custos de aquisição da produção local e de manutenção baixos para os comerciantes de longo curso (com outras regiões), cujos altos lucros acarretavam acumulação para investimento.

No desenvolvimento dos países industrializados de economias capitalistas de mercado, o investimento em inovações tecnológicas implica uma inversão recorrente do excedente para minimizar os custos locais de produção, permitindo lucros positivos e estabilidade de renda por meio da oferta de mercadorias de elevado valor agregado dentro da divisão internacional do trabalho. Este padrão é originário de seu processo histórico de industrialização e desenvolvimento. Conforme Furtado (1983, p. 134), a transposição desses elementos estruturais para outro contexto histórico faz surgirem novas problemáticas, conforme a transposição se faça sob a orientação de economias socialistas centralizadas ou no quadro de economias capitalistas de mercado.

Para Furtado (1983), uma vez que a capacidade de acumulação das economias industriais europeias extrapolaram as oportunidades de investimento, surgiram esforços de expansão. Uma linha desta expansão atingiu a regiões do globo já ocupadas, com sistemas econômicos seculares, variados e de natureza não capitalista, e objetivava utilizar recursos naturais e mão de obra destas

³ Scott (2008) estabelece três pilares das instituições: o regulativo, o qual estabelece explicitamente regras de comportamento e sanções claras; o normativo, que apresenta os valores comportamentais desejáveis e normas de conduta com eles compatíveis, indicando sanções de dimensão incerta; e o cultural cognitivo, que abarca um conjunto de símbolos e representações para a interpretação do mundo natural e social.
Rev. Text. Econ., Florianópolis, v. 21 n. 1, p. 97 – 124, dez/mar. 2018 ISSN 2175-8085

economias. O efeito deste contato variou de região para região. Apresentou como resultante, quase sempre, uma estrutura dualista, uma parte do SE organizada em torno da perseguição do lucro e de formas de consumo ocidental, conservando-se a outra parte atrelada a alguma forma de produção não capitalista. Tal dualismo caracteriza o subdesenvolvimento. As duas facetas da dualidade são interdependentes na medida em que a elevada lucratividade do setor capitalista tem a magnitude de seu excedente vinculado às condições de vida no setor atrasado. O subdesenvolvimento é um fenômeno cujas raízes são de cunho cultural e político (FURTADO, 1983, p. 142-156).

Nas economias receptoras dos investimentos das economias industriais (atualmente, europeias, estadunidenses e asiáticas), a renda gerada por empreendimentos estrangeiros e/ou exportadores com o objetivo de obter lucro máximo - o que, para Furtado (1983) caracteriza o seu cunho capitalista -, pouco circula pela economia local, não se vincula significativamente às atividades produtivas locais. No subdesenvolvimento em grau inferior, há a coexistência de empresas exportadoras com unidades remanescentes não capitalistas, a circulação de renda das empresas limita-se ao pagamento de salários e as principais mudanças resumem-se à urbanização e a uma infraestrutura de serviços básicos, ou seja, a mudança é restrita a poucos fatores estruturais e não é sistêmica.

Por outro lado, no subdesenvolvimento de grau superior há um núcleo industrial ligado ao mercado interno, gerando maiores inversões internas e transformações estruturais sistêmicas. O impulso ao crescimento, no entanto, pode ainda permanecer atrelado à renda das exportações. O grau de subdesenvolvimento é proporcional à importância relativa na economia dos setores atrasados (FURTADO, 1983).

2.2 Instituições

Em seu artigo de 1898 – “*Why is Economics Not an Evolutionary Science*” - Veblen apresenta suas principais ideias em direção a uma proposta para explicação dos fenômenos econômicos e sociais a partir da noção de uma causalidade cumulativa. Segundo tal noção, é necessário voltar à sequência de fenômenos e buscar uma resposta para as suas sínteses finais e mostrar como esta sequência impessoal de causa e efeito, em virtude de seu caráter cumulativo, pode ser aproveitada para elaboração de uma teoria da evolução econômica.

Para o autor, os fundamentos de causa e efeito dos economistas clássicos não são definitivos, a sua formulação de uma teoria de sequência mecânica baseada na ordem natural é incapaz de compreender os processos econômicos. Veblen (1898) questiona as premissas básicas da natureza humana presentes nos clássicos e nos neoclássicos, entre elas a “*concepção hedonista do*

homem como uma calculadora relâmpago de prazeres e de dores que oscilam como um glóbulo homogêneo do desejo de felicidades” (p.11). Portanto, o autor concebe o homem como sendo um agente orgânico cujas ações em interação com o meio físico e social levam a transformações ligeiras e infinitas, sem qualquer predeterminação ou estágio de equilíbrio. Como tal, seu interesse econômico passa a contar no processo de crescimento cultural e as instituições econômicas são essencialmente os métodos da sua vida. Assim, na matéria da teoria do processo de desenvolvimento, quando tomados como elementos de um processo de mudança cumulativa ou como itens no esquema da vida, os bens produtivos são fatos do conhecimento humano, habilidade e predileção; ou seja, eles são, substancialmente, os hábitos predominantes de pensamento, e é como tal que entram no processo de desenvolvimento industrial, no sentido de que as propriedades físicas dos materiais acessíveis ao homem são constantes, porém, o agente humano muda, seja através da forma como aprecia ou como organiza as coisas (VEBLEN, 1898).

Neste caso, todas as mudanças de instituições podem ser explicadas por mudanças paulatinas no fator humano e, portanto, segundo Veblen (1898), é no material humano que a continuidade do desenvolvimento deve ser procurada.

Segundo Veblen (1899), a evolução, para melhor ou para pior, decorre da interação entre instintos, hábitos de pensar e tecnologias utilizadas pelos indivíduos para a satisfação de sua vida material. Os instintos são uma manifestação quase fisiológica dos indivíduos, um mote teleológico inato aos indivíduos. Entre os instintos elencados por Veblen citamos os de curiosidade vã, de predação, de habilidade eficaz e de reprodução grupal. As ações desencadeadas pela propensão instintiva são levadas a efeito por intermédio de instrumentos. Por exemplo, o instinto de predar pode desencadear o impulso de caçar um animal e tal objetivo é melhor alcançado por intermédio de paus, lanças, flechas, armadilhas ou espingardas. A utilização inicial bem sucedida de qualquer destes instrumentos influencia o hábito de pensar dirigido a novas caçadas bem como àquele aplicado à concepção de outros meios ainda mais eficientes para o propósito de caçar.

Por outro lado, a captura de um animal desperta respeito entre os demais membros de um grupo e a possibilidade de discriminação social. Daí decorrem os rituais normatizados de distinção social e a emulação. Qualquer nova predação posteriormente executada por este grupo social será mediada por uma série de ritos e de instrumentos acumulados nas experiências anteriores. Os hábitos de pensar compartilhados e os hábitos de agir deles derivados são as instituições. O objetivo pretérito de dar vazão a um instinto e obter alimento, agora pode ser substituído por outros, tais como obter honra e respeito social. A sequência longa de eventos modifica a teleologia (VEBLEN, 1914 e 1915).

A combinação entre os diversos instintos, manifestos em diferentes proporções conforme o grupo social e o papel social do indivíduo, as várias instituições acumuladas e nem sempre coerentes umas com as outras, e as técnicas desenvolvidas para a satisfação material – e em cuja busca se desenvolveram métodos habituais de pensar – resultam em um cipoal normativo e cognitivo que é a cultura de um grupo social. Segundo Hamilton (2005:1932), a cultura é uma síntese de instituições.

O desenvolvimento destes aportes teóricos de Veblen implicou um método pelo qual o investigador faz um esforço recorrente de colocar-se na perspectiva de mundo do outro, de transportar-se no tempo e no espaço para compreender os hábitos de pensar incorporados pelo grupo social estudado. Só assim é possível ter ciência do processo evolutivo deste grupo e inferir a sequência causal de seu desenvolvimento. Percebe-se, então, que as instituições são um conjunto de entidades que podem influenciar o comportamento dos agentes, incluindo as alterações nas preferências, diminuição da incerteza, e a expansão ou a contenção das liberdades individuais.

O presente estudo foca em algumas das instituições internas vigentes nos dois períodos (socialismo e capitalismo) na Guiné Bissau a partir da concepção vebleniana. Para Veblen (1898), como o que vale para um indivíduo normalmente vale para a comunidade econômica como um todo, uma vez que *“a expressão de cada um é afetada pelos hábitos de vida formados sob a orientação de todo o resto”*, uma mudança é sempre, em última instância, uma mudança nos hábitos de pensamento compartilhados pelos membros de uma comunidade ou de um grupo específico.

3. PROPRIEDADE DA TERRA E PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM GUINÉ –BISSAU

Na perspectiva institucional, a propriedade é um elemento que em muitas sociedades torna-se objeto de distinção social. Ela tem várias aplicações específicas, como a da propriedade da terra. Sua expressão evolui, como se verifica no exemplo muito conhecido de superação do sistema feudal europeu no qual a posse era estabelecida pela hierarquia nobiliárquica e, posteriormente, foi substituído pela propriedade plena (inclusive o direito de alienação). Dada a importância da agricultura em Guiné-Bissau, compreender a institucionalidade da propriedade da terra facilita a compreensão do modo de organização da produção das etnias constituintes.

Em Guiné-Bissau são reconhecidas diferentes formas de propriedade: aquela definida formalmente pelo Estado e a propriedade definida pelos membros da comunidade. Do ponto de vista formal, durante o período colonial, todas as formas de propriedade eram chanceladas pela metrópole (Portugal). No plano informal, a propriedade da terra utilizada para o cultivo das famílias sempre foi bem definida e baseava-se no tempo histórico que a família ocupou aquela terra. Por

exemplo, as etnias são distribuídas por regiões: o Leste é ocupado majoritariamente por etnias fula e mandiga, o Norte ocupado por etnias manjaca e papel e no Sul reside a etnia balanta.

O reconhecimento informal de propriedade permaneceu mesmo no período posterior à independência, porque, após este período, a tradição de hierarquização de acesso às terras (um fator importante para produção e manutenção das comunidades locais) continuava a mesma em diversas regiões do país e a “*base econômica era mais ou menos igualitária*” (LOPES, 1986, p.21). Por exemplo, com o crescimento da plantação de cajueiro, é comum uma família ocupar novas terras para esta atividade, mas geralmente essas terras pertencem a um antigo ocupante. É igualmente comum a devolução das mesmas ao antigo residente sem que isto provoque qualquer processo judiciário. Se eventualmente houvesse processos legais para devolução das terras, antes de chegar à justiça formal, cabia ao régulo (chefe da aldeia) decidir se era necessário o processo prosseguir ou se ele mesmo arbitraria a questão.

A atribuição formal e amplamente reconhecida de propriedade agrícola ficou mais evidente apenas a partir da década de 1990, época em que foram delineadas, mediante a constituição da República de 1996, diversas formas de propriedade, conforme expresso no artigo 12, a saber: a propriedade cooperativa, que incide sobre a exploração agrícola, a produção de bens de consumo, o artesanato e demais atividades fixadas por lei; a propriedade privada, que incide sobre bens distintos do Estado; e a propriedade do Estado, que inclui as principais fontes de energia, a riqueza florestal e as infraestruturas sociais, o solo, o subsolo, as águas e as riquezas minerais.

Estas formas de propriedade refletem no modo de organização da produção agrícola, que difere de uma época para outra e de uma etnia para outra. Durante o período colonial, a cooperação era muito forte na maioria das etnias, particularmente as balanta, manjaca e papel, onde ocorriam reuniões no início de cada cultivo com intuito de formar os grupos conforme a idade e sexo dos membros. Esta prática é interessante por si só porque não se tratava em trabalhar na propriedade comum, mas os membros de cada grupo trabalham um por outro nas suas respectivas propriedades definidas informalmente. Para quem trabalhar primeiro era uma questão baseada num sorteio previamente realizado durante as reuniões.

Na cooperação era recorrente um membro terminar de cultivar primeiro sua propriedade. Quando isso ocorria esse membro não abandonava o grupo, e quando chegava a vez de os outros trabalharem na sua propriedade, ele tinha o direito de oferecer esse potencial de trabalho para outras pessoas da comunidade que ainda não terminaram seus cultivos. Essa oferta era baseada em amizade ou parentesco; uma pessoa poderia, por exemplo, demonstrar seu apoio à família da sua esposa oferecendo-lhe a força de trabalho da quantidade de pessoas que é capaz de levar para trabalhar para essa família. Em alguns casos, a pessoa poderia também passar sua vez para a outra

<http://dx.doi.org/10.5007/2175-8085.2018v21n1p97>

que ainda não terminou de cultivar, mas na próxima safra teria direito de receber as quantidades iguais de pessoas para trabalharem para ele.

Na maioria das etnias que adotaram majoritariamente a religião muçulmana, na qual fula e mandiga são as mais representativas, as mulheres se encarregavam em trabalhar nas plantações e os homens ocupavam os serviços básicos, tais como serviços domésticos. Já nas demais etnias eram os homens que trabalhavam nos cultivos, enquanto as mulheres cuidavam do lar.

No geral, esta era a forma de organização da produção no período colonial, que mudou nos últimos anos com a mecanização da produção agrícola, embora não em todas as regiões do país. Por exemplo, até os anos 2000, nas regiões de domínio das etnias manjaca, balanta e papel a forma de organização da produção permaneceu praticamente imutável. Achinger (1986), ao analisar o modo de produção de arroz da região de Tombali, situada no sul do país, observou que mais de metade da produção nacional do arroz vem desta região, na qual a etnia balanta é predominante na cultura arrozal. Durante o processo de produção, Achinger (1986) mostra que a responsabilidade individual e a organização cooperativa englobavam as famílias e grupo por sexo e idade, sendo que o principal dique para controlar o fluxo de água para as propriedades era compartilhado por toda a aldeia. No interior do dique estão as propriedades das famílias daquela aldeia e esta propriedade era bem definida. Tal definição era também baseada no tempo em que família ocupou o terreno.

Ki-Zerbo (2006) dá generalidade continental ao sistema de propriedade peculiar comparativamente ao ocidental. No sistema africano, a propriedade sempre foi mínima, num contexto no qual não havia escassez de terras. Não havia necessidade à corrida por propriedades agrícolas. Tanto a comunidade como os indivíduos tinham direitos sobre a terra e a propriedade era um usufruto e não uma propriedade de uso, exploração e alienação. O sistema africano tradicional visava limitar os desperdícios e evitar o açambarcamento da propriedade por alguns poucos, garantindo a cada indivíduo a possibilidade de dispor de um lote de terra para aplicar suas capacidades produtivas.

Na África, durante muitos séculos, as pessoas dispuseram do espaço migrando conforme as condições ambientais. O *habitat* africano sempre foi móvel, com incessantes partidas e chegadas, fator que se consubstanciou em uma noção de propriedade usufrutuária. A transposição do direito de propriedade definida a partir da Europa⁴ para a África entra em contradição com o metabolismo básico dos povos africanos (KI-ZERBO, 2006).

⁴ Hodgson (2015) ao discutir a propriedade subjacente ao capitalismo, define-a como o reconhecimento de direito sobre um objeto por uma autoridade política do Estado. Originário do Direito Romano, o direito de propriedade pode implicar diversas extensões, por vezes complementares, sobre o objeto, tais como o direito de posse, de exploração, de localização e de alienação.

Contemporaneamente, há uma diversidade de sistemas de propriedade da terra sobrepostos em Guiné-Bissau. O sistema definido ao modo ocidental, adotado parcialmente desde o período colonial e reforçado pela Constituição de 1996, convive com estruturas informais pré-coloniais e os conflitos são mediados por chefes locais. Isto tem implicações sobre as políticas de desenvolvimento das forças produtivas com vistas à integração da agricultura com a indústria para elevar a agregação de renda. Tais políticas costumam organizar sistemas de crédito rural para a implementação de novos sistemas de cultivo. Uma vez que o sistema hipotecário será pouco efetivo na garantia de inadimplências, estes projetos estão fadados ao fracasso. Uma estratégia que respeite a institucionalidade vigente tem, no mínimo, que buscar outras bases para o crédito.

4. O PERÍODO SOCIALISTA (1975 – 1986)

Não há consenso na literatura sobre a definição do modelo seguido por Guiné-Bissau na primeira década após a sua independência. No entanto, parece convergir para o modelo socialista dos países que haviam apoiado a independência do que para qualquer outra forma de organização social, tendo em vista o papel do Estado em diversas atividades, destacadamente na organização produtiva e na distribuição de gêneros alimentícios. Esta subseção faz uma avaliação do período baseada na leitura do modelo soviético, conforme discutido por Alec Nove (1989).

O recrutamento de diversas etnias às forças revolucionárias, iniciado em 1956, havia consolidado a unidade nacional no decorrer da luta pela independência. A ação para o período de transição era então definir o modelo de desenvolvimento que seria seguido pelo país e as instituições inerentes ao seu funcionamento. Para tanto, era preciso eliminar as estruturas governamentais instituídas pelos portugueses que, anteriormente, haviam rompido parcialmente com as antigas estruturas de governação locais baseadas em régulos ou chefes de aldeias. Em alguns casos o sistema de régulos continuou efetivamente funcionando no período colonial e paralelamente ao poder centralizador de Portugal, mas o modo como operava foi totalmente modificado. Antes da colonização, para ser régulo, era necessário pertencer à família real da aldeia e a cada cultivo, em primeiro lugar, os membros se organizavam para trabalhar para o régulo. Com a colonização, a escolha do régulo modificou-se profundamente e era baseada em termos da relação pessoal com os portugueses. Com exceção das aldeias mais distantes dos centros mais populosos do país, qualquer um poderia ser régulo durante o período colonial a depender dessa relação de proximidade com o colonizador.

No pós-independência procurou-se traçar um plano de desenvolvimento que não rompesse com as estruturas locais, mas que afastasse a legislação portuguesa. Tratava-se, portanto, de uma

súbita intervenção, que se sobrepõe à acomodação entre a tradição local e o modelo colonial português, com o intuito de criar instituições não controladas indiretamente pela metrópole e cuja base de sustentação ocorreria essencialmente pela inclusão dos líderes locais nas discussões dos projetos de desenvolvimento. Este foi o caso da criação de Assembleia Nacional Popular ou parlamento guineense que congregava, além dos deputados escolhidos durante as eleições presidenciais, os representantes das etnias constituintes ou de régulos. Havia necessidade de criar normas que norteassem o bom funcionamento das novas instituições e, conseqüentemente, proporcionassem melhorias às relações que viessem a existir dentro do país. Em geral, as instituições criadas tinham caráter centralizador de poder na capital do país e voltadas, em primeiro lugar, para atender as necessidades do Estado, sendo o planejamento uma tarefa principal deste sistema.

Alec Nove (1989) observou que, dada a complexidade da tarefa de planificar e administrar uma economia, é inevitável que a tarefa seja dividida entre os diferentes departamentos, ministérios, entre outros. Em Guiné-Bissau, um exemplo da divisão de tarefas que se pôde observar dizia respeito à criação da comissão de fiscalização de preços (associada ao Ministério de Economia), decorrente da necessidade de controlar a inflação e evitar especulações. Outro exemplo foi a criação do Banco Central guineense, em fevereiro de 1975, que serviria para cuidar de política monetária, apesar de a moeda nacional vir a ser lançada apenas um ano depois. Também foram instituídas comissões especiais para controlar as importações de gêneros alimentícios e de excepcionais exportações de produtos, tais como a manga, o amendoim e a castanha de caju.

No entanto, esta divisão de tarefas entre os diferentes órgãos fazedores de políticas às vezes dificultava a realização de planos. Na URSS, como observou Nove (1989), quase diariamente lia-se a respeito de algum ministério ou departamento que negligenciava os interesses de outra atividade relacionada ou complementar porque estes interesses estavam além de sua “barreira departamental”. Com isso, a dificuldade do Governo Central em implementar medidas de interesse geral também aumentava à medida que os desinteresses de alguns ministérios, departamentos ou regiões aumentavam com relação às atividades que não eram ligadas diretamente a eles, de modo que:

A experiência soviética aponta para a importância das fronteiras de responsabilidade, seu efeito sobre a percepção e sobre as decisões, impossibilidade de se evitar a questão das economias e deseconomias externas, a dificuldade de reconciliar interesse parcial e interesse geral (NOVE, 1989, p. 112).⁵

⁵ O autor não nega a possibilidade dos países com o sistema do tipo soviético produzirem deficiências e distorções diferentes do sistema soviético, apenas explica que qualquer país com o mesmo sistema poderia apresentar problemas semelhantes aos que a União Soviética apresentava, principalmente nas suas reformas organizacionais que poderiam interferir nos hábitos da população.

Segundo Nove (1989), um dos problemas que as economias do tipo soviético apresentam é a escassez permanente. A escassez, embora não sendo uma consequência das políticas específicas ou do excesso de demanda, pode induzir a criação de normas novas para lidar com as inevitabilidades. Porém, o funcionamento adequado destas instituições perpassa pela aceitação das comunidades.

No caso de Guiné-Bissau, a partir do momento em que a seca assolou o país, logo após a criação de plano de desenvolvimento em 1983, aumentou drasticamente a escassez de produtos agrícolas, gerando muitos comportamentos defensivos por parte da população que temia a envergadura desta seca. Deixar de ofertar tornou-se uma decisão de caráter pessoal, evitando distribuir o pouco produto nacionalmente. O resultado da escassez foi decorrente principalmente do comportamento dos agricultores na sua totalidade em função da seca e não de alguma imposição do governo. A adaptação aos rigores climáticos impôs-se ao planejamento centralizado que procurava abastecer todo o país. Os comportamentos não decorreram da adoção e aceitação das regras estatais, mas sim em função da permanência de hábitos anteriores de uma economia voltada primeiramente ao autoconsumo.

O sistema importado da União Soviética era difícil de gerenciar, visto que todos os administradores de diferentes esferas tinham de obedecer às decisões tomadas pelo centro, o que muitas vezes acabava afetando diretamente o consumidor. Segundo Nove (1989, p.118), há contradição básica decorrente do simples fato de que o *“centro não podia saber com todos os detalhes o que de fato era necessário ao consumidor”*. A experiência soviética mostra que é mais fácil planificar e definir a quantidade do que definir a qualidade dos produtos: *“posso receber uma ordem para dar 50 aulas, mas não é tão fácil me obrigar a dar 50 aulas boas”* (NOVE, 1989, p.118). As leis ou normas impostas não são necessariamente acatadas. A razão desta contradição entre regras econômicas socialistas e conduta efetiva da população e, em particularmente, dos grupos étnicos, é a falta de adequação das instituições criadas aos padrões culturais das etnias constituintes. Porque, embora tenha havido uma tentativa da Assembleia Nacional Popular de enquadrar réculos na discussão em torno dos projetos de desenvolvimento do país, estes não tinham uma participação ativa neste processo, sendo os projetos avançados sem levar a peculiaridade (as formas de pensar local) de cada região ou de cada etnia. Cita-se, por exemplo, o projeto de modernização do setor agrícola que, ao procurar introduzir novos produtos no setor, não considerava o tipo de produto mais consumido por cada etnia.

No período socialista houve a permanência das antigas estruturas de produção e de comercialização, embora o aumento de escala tenha repercutido, à exceção da seca, em uma redução de magnitude no autoconsumo. Antes da independência, a produção era praticamente para

o autoconsumo, sendo a população submetida diariamente aos trabalhos do colonizador (CANALE; BOHAEN, 2010). No pós-independência e com a intervenção do Estado no modo de produção local, através do fornecimento de máquinas e equipamentos de cultivo às famílias, mesmo com significativas dificuldades de implementação que minimizaram o desempenho destas políticas, estas últimas não apenas produziam para o próprio consumo, mas começou a crescer a oferta agrícola, o que intensificava também o comércio interno e externo destes produtos.

O comércio de produtos agrícolas concentrava-se essencialmente nas grandes cidades, marcando também um período da centralização das decisões iniciada logo após a independência através da estatização das empresas que operavam no mercado doméstico, como a Gouveia (a empresa da então Guiné portuguesa), e compilando também as estruturas comerciais das áreas libertadas. A empresa “Armazém do povo” criada neste período era resultante da fusão dessas estruturas com a Gouveia. Além disso, as ações centralizadoras proporcionaram a nacionalização da empresa Ultramarina (a principal empresa exportadora de então), transformando-a em Socomin. As principais empresas comerciais do setor público à época eram a Armazém do Povo e a Socomin, resultando no monopólio estatal do comércio externo e interno (MENDES; JAWAD, 1986).

Em relação ao comércio externo, as principais exportações do período eram predominantemente de produtos agrícolas, sendo todos os produtos manufaturados oriundos do exterior, o que explica a evolução do balanço de pagamentos, que apresentou em 1985 um déficit de U\$\$ 67 milhões, incompatível com o tamanho da economia naquele período, pois o PIB situava-se na casa dos U\$\$ 18 milhões (UNCTAD, 2015). Apesar da evolução do comércio exterior guineense ao longo do período socialista, o valor exportado era insuficiente para cobertura do déficit externo. Por exemplo, Mendes e Jawad (1986) mostraram que, em 1974, as exportações apenas cobriam 8% das importações, tendência esta que permaneceu na década seguinte quando as importações atingiram uma média de quase 50% do PIB doméstico (de 1980 a 1986), ao passo que o déficit de curto prazo que em 1980 era somente de U\$\$ 4,931 milhões, atingia em 1984 uma cifra expressiva de U\$\$49,773 milhões para depois baixar para U\$\$ 21,462 milhões em 1986.

O fraco desempenho do setor exportador e a evolução desfavorável das contas externas conjugadas à seca de 1983 que atingiu toda a área rural do país, afetando grandemente a produção, levaram à adoção de medidas de estabilização em 1983/84, concentradas em dois vetores: 1 – reforçar a modernização do setor agrícola e 2 – reestruturar as atividades de comércio.

Em relação ao primeiro vetor, a modernização se daria mediante os programas do governo de importação de máquinas e equipamentos que seriam utilizados na produção agrícola. Adicionalmente, foram adotadas as medidas voltadas para financiar os agricultores. Como resultado dessa ação, houve a expansão de 20% da produção agrícola (FAO, 2015). Porém, tal resultado foi

aquém do esperado já que algumas etnias não estavam dispostas a trabalhar por tempo integral nestas atividades. A introdução das novas máquinas e sementes demandava a mão de obra especializada para operacionalizá-las. Em um país que acabou de ser independente e a taxa de conclusão do ensino primária nos anos de 1980 era de 15% do total da faixa etária relevante não havia significativa disponibilidade de técnicos ou de trabalhadores qualificados para executar este tipo de serviço.

Todavia, na ausência de instituições financeiras, tanto o financiamento das importações de máquinas e equipamentos e de itens associados quanto o de pequenos agricultores se daria através de empréstimos externos que, por sua vez, geravam déficits no balanço de pagamentos. Apesar do aumento da produção agrícola, a demanda por importações, ao gerar déficits na conta corrente, pressionava o déficit global, que atingia mais de 26% do PIB em 1986 (WB, 2015).

Embora adotasse o modelo de economia planificada, a Guiné-Bissau não contou com o acesso ao Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON). O COMECON foi criado em 1949, sob a influência da União Soviética, com o intuito de troca de experiências econômicas, auxílio técnico e assistência mútua em relação a matérias-primas, alimentos, máquinas e equipamentos, enfim, aspectos que promovessem o desenvolvimento das chamadas democracias socialistas. Na prática, o COMECON patrocinou trocas de mercadorias para acelerar o desenvolvimento nacional alicerçado na indústria pesada, cujo fim último era a autossuficiência industrial e econômica de cada nação. Como a maioria dos países não operava com moedas livremente conversíveis, o controle dos fluxos era feito em balanços físicos bilaterais. Com a criação do Banco Internacional para Cooperação Econômica, o COMECON passou a exigir de seus membros equilíbrio no balanço de pagamentos intrabloco (BOKOFF, 2010). Guiné-Bissau, com seus problemas estruturais de uma nação jovem, forjando-se após uma luta por independência, apresentava desequilíbrios crônicos em transações correntes. Além disso, não possuía qualquer competência ou mercadoria industrial pesada capaz de enquadrar-se complementarmente nas demandas intermediárias das economias do leste europeu. Sua produção de caju, amendoim e frutas caracterizava-se mais para exportação a economias de mercado ocidentais. Estes elementos levam a crer que o COMECON não estava acessível a este país africano.

A reestruturação das atividades do comércio tinha por objetivo principal dar a este setor um papel importante no processo de desenvolvimento socioeconômico do país (SANHÁ, 1988). Isso implicava uma verdadeira transformação dos principais órgãos públicos, tais como as empresas públicas, o ministério de comércio e turismo, dando maior espaço à operação dos agentes privados nas atividades do comércio. As empresas públicas passaram a ter responsabilidades diferentes. A Armazém do povo agora se especializaria na coleta e exportação de produtos nacionais de

diferentes setores, enquanto a Socomin seria responsável por importação, comercialização dos bens de equipamentos e prestação de serviços. Segundo Sanhá (1988), não obstante os impactos positivos dessas medidas, em particular ao nível do setor agrícola e das exportações, a situação econômico-financeira viria a sofrer, a partir de 1985, uma acentuada deterioração, levando à adoção do programa de reajustamento estrutural, a qual culminou com a transição para o capitalismo.

O modelo de planejamento centralizado nada mais foi do que um sistema de gestão importado. Sua implementação representou certo radicalismo, no que se refere à condução da política de desenvolvimento, uma vez que a especificidade guineense foi posta em segundo plano, sendo geralmente mal atendidas as demandas diversas das comunidades locais por um único projeto nacional.

5. REAJUSTAMENTO E TRANSIÇÃO PARA O CAPITALISMO DE MERCADO

A metade da década de 1980 foi marcada por alterações de regime. No primeiro havia uma forte concentração administrativa, uma economia fortemente planejada e incipiente abertura ao mercado exterior. A partir de 1986, muitas reformas foram realizadas permitindo a diminuição do papel do Estado nas atividades produtivas. No plano econômico, amplos ajustes foram realizados, destacando o programa de reajustamento estrutural que permitiu a abertura comercial. No ponto de vista político, a principal transição ocorreu no início da década de 1990 com a adoção do sistema multipartidário e eleições diretas quatro anos depois. Tratava-se, grosso modo, de uma mudança de um regime onde se tinha apenas um único partido (PAIGC), que governou por quase vinte anos, para o outro regime que permite a proliferação de partidos.

5.1 Programa de reajustamento econômico

Em 1986, a economia guineense vivia uma das suas maiores crises pós-independência em decorrência da deterioração da situação econômico-financeira e do persistente desequilíbrio entre a demanda por produção e a oferta da produção. Esta situação pode ser analisada à luz da situação econômica do período.

a) *Situação externa*: a demanda interna expandiu exponencialmente em função do fim do conflito que permitiu o crescimento da população a taxas superiores a 22% ao ano entre 1973 a 1985. Neste intervalo de tempo, a produção agrícola que havia atingido um nível de US\$ 72,355 milhões em 1973 somente cresceu para US\$ 115,929 milhões em 1985 (FAO, 2015). Assim, o aumento do consumo interno, que atingiu 10% do PIB em 1986, não atendido pela elevação da

produção, teve como resultado principal o aumento das importações não compensado pelo quantum exportado, gerando aumento do endividamento externo para fazer frente aos problemas do balanço de pagamentos e o conseqüente aumento da vulnerabilidade externa.

b) Déficit do setor público: dada a dependência da receita do setor público em relação às divisas decorrentes da exportação de *commodities* agrícolas, o baixo crescimento das exportações agregadas ao longo de 1973 a 1986 agravava a situação financeira do Estado. Somou-se a isto a crise do setor agrícola, em 1983/1984, que provocou aumento da demanda por emprego público e elevou a despesa salarial.

Em decorrência dessa crise, foi lançado em 1986 um programa de reajuste econômico que abrangia as reformas em diferentes áreas e estava baseada em três fases distintas e mutuamente dependentes, a saber: (i) a fase de estabilização, (ii) a fase de crescimento, e (iii) a fase de crescimento autossustentado.

I. Fase de estabilização (1987 – 1989). Nesta primeira fase buscava-se realizar as principais reformas para eliminar os persistentes desequilíbrios macroeconômicos. Entre os objetivos destacam-se (i) a redução no médio prazo da vulnerabilidade externa, mediante a progressiva geração do superávit na conta corrente, sendo prevista uma redução do déficit nesta rubrica na ordem de 5,4% para o ano de 1987 em relação ano anterior; (ii) redução do déficit público ao nível compatível com o crescimento do produto na ordem 37% no ano de 1986 para 17% em 1987. Para alcançar este resultado, os investimentos públicos nas áreas não prioritárias, que abrangiam a comercialização e exportação de mercadorias, seriam reduzidos na ordem de 16%; e (iii) incentivo ao aumento da capacidade produtiva, através da modernização do setor agrícola. Adicionalmente, em função dos excessivos gastos e do aumento da emissão monetária na primeira metade desta década, o país vivia uma das suas primeiras crises inflacionárias. No ano de 1986, após crescimentos relativamente estáveis, a taxa de inflação registrava a sua alta histórica na ordem de 45% ao ano. Ficou determinado um “tratamento de choque” à inflação, que seria reduzida para 25% ao ano em 1987.

Em relação às reformas do setor financeiro, vale notar que o Banco Central guineense era encarregado da política monetária logo após a independência. Anos depois, em meados da década 1980, foi criado o Banco Internacional da Guiné (BIG), tornando-se o maior banco privado nacional, “*com dois escritórios em Bissau e sucursais em Bafatá e Gabú, no leste do país, e em Canchungo, no norte*” (CÁ, 2008, p. 173). Esse banco, juntamente com o Banco Central, fazia parte das instituições que formavam o sistema financeiro nacional com capital local em fusão com capital português; os demais eram bancos portugueses ou instituições financeiras estrangeiras.

II. Fase de realização (1990 – 1992). Alcançados os objetivos da primeira fase, a fase seguinte seria a de medidas voltadas ao crescimento econômico. Ficou previsto para o ano de 1987 um crescimento do produto na ordem de 5,7% contra 4,2% do ano anterior. Os financiamentos dos programas desta fase viriam de uma parceria entre o governo da Guiné-Bissau e o Banco Mundial (WB), Fundo Monetário Internacional (IMF) e outras instituições e países, tais como Confederação Helvética, Países Baixos e Arábia Saudita. O WB seria a instituição responsável em conceder o montante de financiamento para a consecução dos projetos, principalmente aqueles ligados à fase de estabilização. Assim, dos quase US\$ 42 milhões do montante de financiamento obtido no período de 1987/1998, US\$ 19 milhões provinham do WB e seus gabinetes de apoio ao desenvolvimento dos países africanos (SANHÁ, 1988). Por outro lado, dada a crescente demanda pelos recursos do IMF às necessidades especiais dos países de nível de desenvolvimento baixo, o montante disponibilizado por aquela instituição para a Guiné-Bissau era de apenas US\$ 1,9 milhões. Outros US\$ 11,80 milhões eram provenientes do Banco Africano de Desenvolvimento através de um fundo destinado para atender aos programas de desenvolvimento dos países continentais. Entretanto, uma vez verificada a insuficiência desses recursos, coube ao governo acentuar as negociações com seus credores externos. A Suíça concedeu cerca de US\$ 5,96 milhões, enquanto o financiamento da Arábia Saudita ao programa era de US\$ 3,21 milhões.

III. Fase de crescimento autossustentado (1992 – em diante). Com base nas fases anteriores, o país engendraria ritmos de crescimento econômico autossustentados, mobilizando também esforços para promover as políticas sociais. O principal objetivo nesta fase era de promover um desenvolvimento econômico endógeno, que diminuiria a dependência do país com o exterior. Para tanto, acreditava-se que era preciso aperfeiçoar a tecnologia da produção agrícola para atender a demanda doméstica e a exportação, e gerar a divisas provenientes, sobretudo, dos impostos de exportações e que teriam duplas funções, a saber: (i) seriam realocadas no combate à pobreza e (ii) evitariam o constrangimento externo, à medida que são destinadas para saldar os compromissos externos e diminuem a demanda por empréstimos externos e internos.

O setor privado promoveria as atividades produtivas, ao passo que o setor público teria de orientar as suas atividades para “provisão de infraestrutura básica de apoio à produção e às exportações e de equipamentos e serviços sociais que favorecem a valorização dos recursos humanos” (SANHÁ, 1988, p.38).

Para alcançar os objetivos propostos, iniciou-se a reforma cambial em 1987 e que foi levada a cabo no começo da década de 1990, quando o governo adotou taxas múltiplas de câmbio. Segundo Cá (2008, p.172), “*havia uma taxa de câmbio oficial, que seguia de perto a taxa de mercado livre, calculada como uma média da taxa observada nas agências de mercado cambial e*

nos operadores informais livres no mercado”. A segunda taxa de câmbio era aquela das agências de mercado livre.

A ênfase na modernização do setor agrícola inclui a promoção de exportações para os mercados não tradicionais, tais como os países asiáticos. Em termos de resultados, verifica-se que em algumas direções as metas previstas pelo programa foram ultrapassadas, mas em muitas outras os objetivos não se concretizaram. De modo geral, o setor não apresentou desempenho expressivo, em função principalmente da queda da produção do arroz e do amendoim. A queda da produção total não foi significativa graças à expansão das culturas de mandioca, mangas e goiabas e, sobretudo, ao desempenho favorável na castanha de caju (Tabela 1).

Tabela 1 - Principais produções agrícolas (em US\$1000) – 1986 e 1987 e 1992

Atividades	1986	1987	1992
Arroz paddy	29677	28308 (-4,61%)*	33201(+11,87)#
Castanha de caju	13130	15756 (+20%)	26359(+100,75)
Amendoim	12136	8582 (-29,28%)	6511(-46,34)
Raízes e tubérculos	8209	8551 (+4,17%)	9406(+14,58)
Frutas frescas	4886	5236 (+7,16%)	5414 (+10,80)
Legumes frescos	3769	3769 (0,0%)	4039 (+7,16)
Coconote	3649	3759 (+3%)	4312(+18,16)
Algodão em pluma	2144	2144 (0,0%)	-
Mandioca	1462	2089 (+42,89%)	1543(+5,54)
Mangas e goiabas	1378	1618 (+17,41%)	2546(+84,76)
Total	80.440	79.812 (-0,78%)	89.292(+11%)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da FAO.

*crescimento da produção em relação ao ano anterior. # crescimento da produção em 1992 em relação ao ano de 1986.

Por outro lado, a adoção de dois tipos de câmbio, contribuiu para o desempenho do setor exportador. O total das exportações de bens e serviços que atingia apenas um total de 5% no PIB em 1986 dobrou em menos de um ano, alcançando um total de mais de 11% em 1987, em função do aumento da exportação da castanha de caju que cresceu de US\$ 5925 milhões em 1986 para US\$10470 milhões em 1987, uma taxa de crescimento de mais de 76,7% (FAO, 2015). O bom desempenho das exportações neste período não se deveu somente ao aumento de exportação da castanha de caju, mas também aos preços internacionais favoráveis de outras culturas, tais como a de amendoim, algodão, óleo de palma, mangas e de frutas frescas. A exportação do amendoim que havia declinado no início da década, em valor, cresceu mais 40% em 1987 em relação ao ano anterior. Em termos de *quantum*, esta percentagem foi ainda mais expressiva, girando em torno de 47,7% em 1987 em relação ao ano de 1986. Além disso, a produção do algodão e,

Rev. Text. Econ., Florianópolis, v. 21 n. 1, p. 97 – 124, dez/mar. 2018 ISSN 2175-8085

consequentemente, o aumento da sua exportação foi um contributo importante às receitas de exportações. Em 1987, houve um crescimento de 95% em *quantum* de exportação dessa cultura.

O bom desempenho das exportações traduzia-se em uma redução do déficit em transações correntes na ordem de 8% em relação ao ano de 1986, significando que o país realizou uma redução do fluxo de poupança externa (SANHÁ, 1988). O aumento das exportações de bens e serviços que atingiram 56% do PIB graças à manutenção da produção da cana de açúcar em nível elevado, ao aumento das atividades de pesca e ao aumento da produção de castanha de caju, que substituiu a do amendoim como o principal produto exportado, foi significativo para a redução daquele déficit.

A fase de estabilização marcada por severos cortes das despesas públicas também foi importante para o equilíbrio das finanças públicas. O déficit público que era de 49,5% em 1983 passou para 1,4% em 1995 em decorrência do aumento da receita e ao corte de despesas, que se traduziam em um superávit de funcionamento. Entre 1986 a 1998, o gasto do governo diminuiu de 44 milhões de dólares para 16 milhões, o que significava uma redução de 28,5%. Em consequência dessa queda progressiva de despesas públicas, segundo Sanhá (1988), a taxa de cobertura das despesas com salários e ordenados pela receita do Estado passou de 0,94 em 1986 para 2,25 em 1987, fato nunca foi visto desde 1984, quando esta taxa era de 1,04.

Não obstante o resultado favorável nas contas públicas, o déficit global (diferença entre receitas totais e despesas totais) ainda era significativamente alto e representava um problema ao funcionamento público em função dos juros da dívida não cobertos, tendo em vista a insuficiência das receitas. Além disso, apesar do aumento de exportações, o déficit externo e a dívida externa ainda eram altos. Conforme os dados do Banco Mundial, verifica-se que a dívida externa acumulada passou de 372 milhões de dólares para 694 milhões, de 1986 para 1990, respectivamente.

Sem ter conseguido estruturar suficientemente seu sistema econômico na década de 1980, o país inseriu-se no mercado internacional com fortes desequilíbrios nas contas externas, o que exigia a demanda por empréstimos para saldar a sua dívida e até para pagamento de funcionários públicos. Tal demanda superava as divisas de exportações, anulando assim o efeito de melhoria na conta de balança comercial associada grandemente ao crescimento de 100,75% da produção para exportação de castanha de caju em 1992 em relação ao ano de 1986.

As organizações criadas em Bretton Woods foram concebidas para auxiliar em países com problemas conjunturais em seu balanço de pagamentos e na gestão das contas estatais. Elas são incapazes de compreender os problemas estruturais e pouco auxiliam no desenvolvimento das forças produtivas. A diferença cultural entre os hábitos vigentes em países como Guiné-Bissau e os instrumentos inerentes ao capitalismo contemporâneo são o principal óbice estrutural ignorado pelas práticas importadas. Ela traduz-se na produção local de itens de baixo valor agregado aos

olhos do mercado internacional. Desenvolver capital mental para acumular capital material implica alterações no modo de pensar compartilhado pelos habitantes locais; no entanto, não passa necessariamente por adotar o modo de pensar estrangeiro, mas significa certamente mudanças para encontrar espaços de geração de renda em novas bases cognitivas e produtivas. Isto requer tempo porque envolve uma longa sequência cumulativa de aprendizagem produtiva e comercial não determinada *a priori*.

Na perspectiva de Ki-Zerbo (2006), neste ponto convergente com o alicerce vebleniano proposto, os africanos são transformados através dos objetos manufaturados que vêm dos países industrializados. Todo o instrumento técnico importado tem uma carga cultural e influencia o modo de pensar de seu usuário. Tudo o que é valor agregado é vetor de cultura.

Em contrapartida, o que é vendido ao estrangeiro também tem o potencial de enviar informações culturais. Porém, a troca é desigual, o enviado são produtos agrícolas comuns, de baixo valor cultural e produtivo agregado, passíveis de serem obtidos com o mesmo conteúdo em muitos lugares. Tanto faz se a manga, o caju ou o algodão vem de Guiné-Bissau ou do Brasil, eles são de baixa personalidade cultural e de baixo valor econômico. Se há valor agregado é nas sementes, geralmente melhoradas por empresas multinacionais do norte. A riqueza cultural de Guiné-Bissau pouco se traduz em produtos e serviços geradores de renda.

A década de 1990 representou uma década de intensificação do processo de integração a mercados internacionais. Neste período, além da adesão à UEMOA, o país também assinou vários acordos unilaterais e multilaterais. Entre os acordos multilaterais, destaca-se sua entrada à Organização Mundial do Comércio, ao Banco Mundial (WB) e ao Fundo Monetário Internacional (IMF), em 1995.

O Banco Central guineense foi extinto com a adesão do país à UEMOA em maio de 1997 e deste então a política monetária passou a ser inteiramente determinada pelo Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), por intermédio de sua agência em Bissau, tendo o Franco CFA como moeda comum. Isso implicou o aumento da vulnerabilidade da economia guineense, porque, dada a dependência ainda existente entre o Franco CFA e a economia europeia, uma vez que a moeda está indexada ao Euro e seu valor é garantido pelo Tesouro francês, todas as políticas macroeconômicas do bloco são inteiramente dependentes das reservas do Tesouro e da estabilidade da zona do Euro, gerando desde então uma perda da autonomia da política econômica dos países da UEMOA, particularmente da política monetária e da política cambial, essencial para promoção de exportações agrícolas. Grosso modo, representa a substituição da dependência política pela dependência econômica, embora a criação da UEMOA e a integração guineense nesse bloco tivessem ajudado a estabilizar os preços internos em decorrência da estabilidade da inflação do

conjunto dos países da União, muito em função do aumento de importações facilitados pelos acordos de livre circulação.

A partir deste período, o sistema educacional guineense sofreu uma reestruturação, graças ao ajuste estrutural imposto por estas organizações. O objetivo era erradicar o analfabetismo. Este seria um caminho para a redução do nível da pobreza. As propostas da reforma do sistema educacional elaboradas pelo Banco Mundial aos diversos países da África subsaariana incluíam medidas de urgência no que se referia ao enquadramento mais imediato da população na educação, pois se acreditava que, para se desenvolver economicamente e atingir o estado de bem-estar social, precisava-se de capital humano. Este pensamento fez com que:

A Guiné-Bissau não ficasse imune a esse pacote proposto pelo Banco Mundial para os 39 países da África subsaariana analisado em face da baixa qualidade generalizada do sistema de ensino, abertamente reconhecida pelos dirigentes do país bem como pela esfera que representava o Ministério da Educação (CÁ, 2008, p.199).

Porém, o enquadramento da população no sistema de ensino era menor, tendo em vista a resistência dos pais em colocar os filhos nas escolas, principalmente as meninas, pois um entendimento herdado dos portugueses era de que o dever destas era de cuidar dos serviços domésticos. Como resultado, o país passou a apresentar maior indicador do analfabetismo na África Ocidental. Outros fatores associados a este indicador eram as fragilidades das organizações nacionais de educação, a falta de quadros especializados e as dificuldades econômicas que, segundo Furtado (2005a, p. 9), “favoreceram o desenvolvimento de uma cega confiança nas propostas de soluções, por vezes discordantes com a realidade do país, impostas por técnicos estrangeiros oriundos dos mais diversos países”.

Assim, percebe-se que as instituições e suas funções foram orientadas basicamente para alinhar-se ao receituário externo. As principais mudanças foram superficiais e eram voltadas para viabilizar o funcionamento de economia que transitava para o sistema de mercado. Do ponto de vista da nação como um todo, iniciou-se a emergência de organizações privadas e a consequente modificação em algumas etnias do sistema de propriedade.

Esperava-se com a ruptura com o modelo socialista obter instituições voltadas para atender as necessidades locais. Embora haja na nação a integração das diversas culturas graças à existência de uma língua comum, cada uma delas apresenta sua peculiaridade que vai de hábitos alimentícios até aos vestuários. Portanto, a demanda por bens de consumo são diferentes. Desta maneira, a criação das instituições formais internas visando o desenvolvimento econômico perpassa necessariamente pela aceitação das comunidades locais. Mas os incentivos por trás da criação das novas instituições eram outros. Não havia a sintonia entre as instituições formais, importadas da União Europeia e do Banco Mundial, e as informais e, portanto, não estavam de acordo com as *Rev. Text. Econ., Florianópolis, v. 21 n. 1, p. 97 – 124, dez/mar. 2018 ISSN 2175-8085*

necessidades dos grupos ou etnias, mas eram voltadas essencialmente para adequar o país à “modernidade externa”. Os indicadores sociais e econômicos continuaram a apresentar resultados não satisfatórios.

No setor de saúde as melhorias também não foram significativas em função de falta acesso aos serviços básicos de saúde. Por exemplo, eram 6,34 postos de saúde para cada 100.000 pessoas, em 2010. Em 2013, este número caiu para 5,63 postos para cada 100.000 (Tabela 2).

Tabela 2 - Indicadores de saúde

Anos	2010	2013
Total de densidade por 100.000 pessoas: postos de saúde	6,34	5,63
Total de densidade por 100.000 pessoas: centros de saúde	37,09	n.o
Total de densidade por 100.000 pessoas: distribuição/rural de hospitais	28,84	n.o
Total de densidade por 100.000 pessoas: distribuição/provincial de hospitais	0,00	0,00
Total de densidade por 100.000 pessoas: hospitais especializados	34,65	30,61

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), 2014.

Notas: n.o: observações ausentes.

Nos últimos anos, o analfabetismo diminuiu consideravelmente, porque a evasão escolar reduziu. Em 2010, a taxa de conclusão do ensino primária era de 65% do total da faixa etária relevante contra apenas 15% da taxa de 1980. Porém, no total de 1,5 milhões da população, estimava-se em 52% a população analfabeta, em 2010.

O país ainda apresenta baixa expectativa de vida ao nascer e permanece em 177^a colocação no ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). De 1980 a 1985, a expectativa de vida ao nascer de um guineense era em média 46,4 anos. De 1986 a 1990 este número foi em média pouco superior a 48 anos. Segundo o Inquérito Ligeiro para a Avaliação da Pobreza (ILAP), dos 1,5 milhões da população, em 2010, mais de 69% vive em uma situação de pobreza absoluta (menos de dois dólares por dia), indicando um aumento da incidência da pobreza, já que em 1991 esta percentagem era de 49%. Ao mesmo tempo, a pobreza extrema (abaixo de um dólar por dia) aumentou consideravelmente de 28,8% para 33% de 2002 para 2010, respectivamente.

Conforme o IMF (2011), a Guiné-Bissau é um dos países do mundo que apresenta a menor proporção de população por acesso ao sistema de água tratável. Apenas 1/3 da população guineense utiliza fonte de água melhorada ou de qualidade. A maioria da população nesta percentagem reside no meio urbano. No meio rural, a condição de acesso ao sistema de água tratável ainda era crítica. *Rev. Text. Econ., Florianópolis, v. 21 n. 1, p. 97 – 124, dez/mar. 2018 ISSN 2175-8085*

<http://dx.doi.org/10.5007/2175-8085.2018v21n1p97>

Apenas 53% das famílias que vivem em áreas rurais utilizam fontes de água melhoradas, enquanto que a percentagem urbana usuária de fontes de água melhoradas é de 84 %.

Estes resultados, por um lado, são explicados pelos baixíssimos investimentos públicos nos setores sociais, 22%, uma percentagem inferior aos 40% recomendados aos países pobres, “*o que é claramente insuficiente para responder às necessidades das populações e para atingir as metas estabelecidas internacionalmente no quadro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio*” (Guiné-Bissau, p.24). Por outro, os resultados observados são associados às dificuldades operacionais das instituições criadas, visto que suas ações estão mais concentradas nas grandes cidades, especialmente na capital do país, sem alcançar as zonas rurais, onde reside a maioria da população. No começo da década de 1980 mais de 80% da população vivia na zona rural. Esta percentagem, em 2014, ainda é superior a 60%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo do presente trabalho foi analisar sob a ótica institucionalista a mudança estrutural do socialismo para o capitalismo na Guiné-Bissau. Para orientar o desenvolvimento do trabalho foi possível rever duas vertentes teóricas, uma que discute a estrutura socioeconômica dos países e sua relação com o desenvolvimento e outra a que afirma que instituições são estritamente associadas às estruturas sociais e os hábitos de pensar fazem parte do processo de mudança institucional.

Após a criação do Estado Nacional independente, a experiência soviética serviu de base para a conclusão de que, numa economia fortemente planificada, coordenar diversas instituições, visando metas comuns, era uma tarefa difícil, em particular em um país com mais de quinze culturas diferentes; sem contar o fato de que nem sempre as leis impostas eram necessariamente acatadas. Mesmo assim, ainda no período de planejamento centralizado o autoconsumo agrícola começa a reduzir-se no SE e aparecem excedentes agrícolas comercializáveis internamente, e não apenas para exportações, como outrora. Iniciam-se mudanças estruturais localizadas com uma proporção maior da produção agrícola dirigida para o mercado. Em parte, tais mudanças decorreram da importação modernizante de máquinas e insumos agrícolas. Houve dificuldade de sustentar este processo porque implicava grande desequilíbrio externo dado o baixo valor das exportações agrícolas. O SE guineense apresentava, à época, características de um subdesenvolvimento de grau inferior.

A abrupta guinada para a economia de mercado não implicou significativo avanço. Entre as principais questões que afligem novas nações africanas está a do Estado. Mal se constitui e já é

pressionado por organizações como o Banco Mundial, que lhe exigem uma estrutura cada vez menor. É de se questionar se a África terá tempo de criar um tipo de Estado semelhante ao europeu (KI-ZERBO, 2006). Ou, alternativamente, será esta a rota possível de desenvolvimento das novas nações?

No caso de Guiné-Bissau, com base na análise feita no período pós-abertura comercial, embora a integração das diversas culturas graças à existência de uma língua comum, cada uma delas possui sua peculiaridade que vai de hábitos alimentícios até aos vestuários. Assim, um projeto nacional de desenvolvimento precisaria criar instituições formais que se comunicam com as instituições informais. Dito de outra forma, para uma instituição formal alcançar seus objetivos iniciais de desenvolvimento de milênio é necessário adequá-la aos padrões culturais locais. Entretanto, a experiência deste período mostrou que houve diversos esforços voltados para criar novas instituições adequáveis essencialmente aos padrões internacionais através das organizações multilaterais. Tratava-se de uma ação voltada para promover uma mudança institucional rápida, o que é contraditório com a essência das instituições na medida em que elas são hábitos de pensar e agir social e lentamente enraizados ao longo de muito tempo.

A avaliação do SE guineense após a abertura de mercado em moldes capitalistas permite pensar de que houve tímidas melhorias na alfabetização e na produção agrícola e um certo aumento da urbanização; são mudanças estruturais pontuais, sem articulação sistêmica. Há a coexistência de empresas exportadoras com setores não-capitalistas. A dinâmica da economia mantém-se nas exportações, a indústria é simples e o subdesenvolvimento mantém-se como de grau inferior.

Deste modo, acredita-se que o fraco IDH, que registrou uma taxa de crescimento média anual de 0,9% nos últimos anos, poderia ser melhorado se houvesse um conjunto de instituições não apenas condicionado pelos padrões impostos pela divisão internacional de trabalho, mas também que levasse em consideração as dificuldades de lidar com as instituições locais. Obviamente, a resultante entre as políticas propostas e estes hábitos não é perfeitamente previsível, mas o alcance de seus objetivos dependerá muito mais das motivações de diversos atores envolvidos para alavancar o país rumo ao desenvolvimento. Mas isso só será facilitado mediante a formação de profissionais e técnicos para operar em diversas instituições e o enquadramento dos membros de diversas etnias. Logicamente, a confirmação desta hipótese requer mais detalhados estudos. Contudo, o que foi analisado sugere que as instituições criadas tanto no socialismo quanto no capitalismo não tinham sintonia significativa com as instituições informais existentes. A tentativa de transposição de elementos estruturais das economias desenvolvidas não respeitou o contexto histórico e cultural de Guiné-Bissau. Ademais, o aumento do nível da pobreza e o analfabetismo persistente confirmam que, no geral, a estrutura interna do país pouco mudou.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHINGER, G. Teoria e prática da educação rural na Guiné-Bissau: Experiências da Região de Tombali. *Boletim informação sócio-econômica*, ano II, n.03, agosto/1986.
- BANCO MUNDIAL: Dados do Banco Mundial – BM. Disponível em: <http://datos.bancomundial.org>. Acesso em: 10 agosto, 2017.
- BOKOFF, M. S.. The Framework of Trade in the Council for Mutual Economic Assistance (2010). *Honors Scholar Theses. Paper 129*. Disponível em: http://digitalcommons.uconn.edu/srhonors_theses/129. Acesso em: 10 agosto, 2017.
- BUARQUE, C. Apresentação. In: *Sistema Nacional de Economia Política*. List, G. F.. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- CÁ, O. L. *A Construção Da Política Do Currículo Na Guiné-Bissau E O Mundo Globalizado*. Cuiabá, MT: UFMT, 2008.
- CANALE, J. S.; BOAHEN, A. A. A África Ocidental portuguesa: a Guiné-Bissau e as ilhas de Cabo-Verde. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, A. C. *História Geral de África*. Brasília: Unesco, v. 8, 2010.
- CARDOSO, C.; RIBEIRO, C. R. Considerações sobre as estruturas sócio-econômicas das sociedades agrárias e sua evolução histórica – Um estudo de caso. Bissau, Guiné-Bissau, *Revista Soronda*, n. 7, 1987.
- FAO. Disponível em: <http://faostat.fao.org/site/342/default.aspx>. Acesso em: 22 maio, 2015.
- FURTADO, A. B. R. Administração e Gestão da Educação na Guiné-Bissau Incoerências e Descontinuidades. *Aveiro*, Portugal, p. 1-9, 2005a.
- FURTADO, C.. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- FURTADO, C.. *Para recuperar o dinamismo*. In: CASTRO, A.C.; LICHA, A.; PINTO JR., H. Q.; SABÓIA, J. *Brasil em desenvolvimento: economia, tecnologia e competitividade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GUINÉ-BISSAU. *Relatório 2011 sobre a intervenção internacional em Estados frágeis*. República da Guiné-Bissau, 2011, 106p. Disponível em: <https://www.oecd.org/countries/guinea-bissau/48899975.pdf>. Acesso em: 04 Set., 2017.
- HAMILTON, W. Institution. *Journal of Institutional Economics*, 1:2, p. 233-244, [1932](2005).
- HODGSON, G. Much of the “economics of property rights” devalues property and legal rights. *Journal of Institutional Economics*, forthcoming. 2015.
- KI-ZERBO, J.. *Para quando África?* Rio de Janeiro: Pallas, 2006.
- LIST, G. F.. *Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- Rev. Text. Econ., Florianópolis*, v. 21 n. 1, p. 97 – 124, dez/mar. 2018 ISSN 2175-8085

<http://dx.doi.org/10.5007/2175-8085.2018v21n1p97>

LOPES, C. Resistências Africanas ao controle do território: alguns casos da costa da Guiné no séc. XIX. *Revista de estudos guineenses*, n.7, p 05-16, 1989.

LOPES, C. A Guiné-Bissau à procura de um modelo social. *Revista de estudos guineenses*, n.01, p. 05-38, 1986.

MENDES, R.; JAWAD, M. Breve Análise do Setor Comercial. *Ministério do Plano e Cooperação Internacional, Gabinete de Estudos Econômicos*, ano II, n.2, p.13-22, 1986.

NOVE, A. *A Economia do Socialismo Possível*. São Paulo: Ática, 1989.

PINTO, A. Prefácio. In: CASTRO, A. B; LESSA, C. F. *Introdução à Economia: uma abordagem estruturalista*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

SANHÁ, I. Guiné-Bissau: Programa de Ajustamento Estrutural. *Boletim de informação sócio-econômica*, ano 3, p. 37-52, 1988.

SCOTT, W. R.. *Institutions and Organizations: ideas and interests*. Los Angeles: SAGE Publications, 2008.

VEBLLEN, T. Why is Economics Not an Evolutionary Science? *The Quarterly Journal of Economics*, v. 12, p.1-17, 1898.

VEBLLEN, T. *The Instinct of Workmanship: And the State of the Industrial Arts*. New York: B. W. Huebsch, 1914.

VEBLLEN, T. *The Theory of the Leisure Class: An Economic Study of Institutions*. New York: The Macmillan Company, 1915.